

Conferência de segurança pública: avanço ou retrocesso?

O governo federal propôs à sociedade brasileira a construção de um grande e inovador debate nacional sobre a política de segurança pública. Em agosto de 2009, será realizada a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, com o título: “Segurança e cidadania: participe dessa mudança”.

Isso por si só já é um grande avanço. Pela primeira vez, gestores públicos da área da segurança, forças policiais e a sociedade civil irão debater e propor diretrizes para a política de segurança no país. Qual segurança pública queremos? Como aprimorar nossas instituições públicas para que sirvam aos cidadãos e às cidadãs? Como diminuir a insegurança e a violência a que está exposta a população brasileira, especialmente os mais pobres? Quais são as principais questões e os principais dilemas que precisam ser enfrentados?

Inicialmente, cabe dizer, que para nós – organizações e movimentos sociais de defesa e promoção dos direitos humanos – segurança pública é um direito humano fundamental, tendo o Estado o dever de proteger o(a) cidadão(ã) e promover políticas e ações que garantam a todos e todas o direito a uma vida digna, livre da opressão, violência e do medo. Para isso, é fundamental a criação de espaços que garantam a ampla participação da sociedade civil na construção de políticas de segurança pública.

Uma política de segurança pública compatível com os avanços democráticos que o Brasil está conquistando significa transformá-la em espaço de garantia de direitos humanos. Contudo, não é isso que ocorre hoje, onde agentes do próprio Estado continuam sendo responsáveis por assassinatos e chacinas e onde as principais vítimas ainda são aquelas historicamente consideradas como cidadãos(ãs) de segunda classe, ou mesmo como “classes perigosas” que devem ser combatidas: os pobres, negros, jovens. Para além de debater a gestão da política de segurança, seu financiamento, valorização profissional e repressão, a conferência não pode deixar de discutir quem está matando e quem está morrendo hoje no país.

Quando correlacionamos sexo, raça, faixa etária e escolaridade, os jovens negros de 18 a 24 anos, com até 7 anos de estudo, têm muito mais chances de serem assassinados no Brasil que os outros grupos populacionais. Isso é um fato. No Distrito Federal, por exemplo, onde se situa a capital brasileira, “a taxa de homicídios desse grupo é de 257,3 homicídios por 100 mil habitantes, quase 10 vezes a taxa geral brasileira e três vezes a dos brancos com mesma idade, sexo e escolaridade – 79,3” (Ipea, 2006, p. 80).¹ Por outro lado, em 2007, somente no Rio de Janeiro a polícia matou mais de 1.300 pessoas. Esses números também são altíssimos em outras capitais, como Salvador, Recife e São Paulo.

A violência e a política de segurança pública sempre foram um dos principais temas de discussão das Conferências Nacionais de Direitos Humanos. Em 2007, foi realizado o II Encontro Nacional de Direitos Humanos, na Câmara dos Deputados, com o tema “Por uma segurança pública e uma justiça para garantia de direitos”. Um dos eixos do Programa Nacional de Direitos Humanos, em debate na 11ª Conferência Nacional de DHs, realizada em dezembro de 2008, foi segurança pública, violência e acesso à justiça.

Dizemos isso para lembrar que os movimentos de direitos humanos sempre debateram a política de segurança pública, apresentando propostas, denunciando desvios. O que é novidade é a junção de trabalhadores da segurança, gestores da segurança e sociedade civil para debater a política nacional de segurança pública, que nunca foi objeto de amplo debate público. Como já dissemos, isso é um avanço. Um maior diálogo entre esses sujeitos é essencial nesse campo. Contudo, pelo nosso contexto histórico e dada a nossa realidade social, é impossível juntar diferentes institucionalidades e grupos sociais sem que questões polêmicas e não consensuais sejam postas na mesa.

É esse o ponto que queremos realçar. O governo federal, no processo de organização da conferência, tem buscado estabelecer um forte controle sobre os temas a serem debatidos. O objetivo é filtrar temas polêmicos e evitar conflitos. Isso está se dando por meio de várias ações que vêm sendo tomadas ao longo do processo: a ausência de organizações do movimento negro e da juventude negra na Comissão Organizadora Nacional; o discurso público que tenta transformar a discussão em um debate de especialistas, privilegiando relações com o meio acadêmico e as chamadas organizações da sociedade civil “especialistas” no tema; a recusa em inserir no texto base temas fundamentais para organizações e movimentos sociais de direitos humanos (como a questão do racismo institucional, unificação das polícias, desmilitarização, violência policial, tortura, controle externo da atividade policial). Embora sejam questões não consensuais, o seu debate público é muito relevante. A questão central, defendida há anos pelo movimento de direitos humanos, é a necessidade de uma reforma estrutural no atual modelo que estrutura as forças policiais no país.

A própria inserção da discussão sobre o sistema penitenciário como um dos eixos da conferência só se deu depois de muita pressão. Essa opção de formatar e restringir o escopo do debate tem conseqüências: a invisibilização desses temas e dos seus sujeitos e vítimas. É impossível debater segurança pública no Brasil sem pautar a questão do racismo institucional e do extermínio de jovens negros; da humanização do sistema penitenciário; da unificação e desmilitarização das polícias; da violência policial, execuções sumárias e tortura; do papel do aparato de segurança na criminalização dos movimentos sociais.

Se esses temas forem deixados de fora do debate da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, corremos o risco de ter um retrocesso. A pauta histórica de parte da população e de movimentos que mais sofrem na pele as deficiências das nossas políticas de segurança pública serão invisibilizadas na agenda pública. Já alertávamos para isso quando do lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do governo federal. Embora contenha avanços em relação aos planos anteriores para o setor, o programa não toca em nenhuma das questões estruturais levantadas anteriormente, não incorporando, por exemplo, medidas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo como fatores geradores de violência.

Se não fizermos isso neste momento – ou seja, enfrentar essa discussão a partir de um amplo debate democrático – e, pelo contrário, colocarmos certos temas embaixo do tapete por serem polêmicos e não consensuais, teremos uma perda irreparável de um momento histórico apropriado para uma mudança de paradigma da política de segurança pública no Brasil, que deve ser ressignificada pelos direitos humanos e não antagonizada por eles. ■

* Assina o texto o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (Fendh) envolvidas no processo da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública <www.direitos.org.br>.

1 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *Radar Social 2006: Condições de Vida no Brasil*. Brasília: Ipea, 2006.